

O desenvolvimento de competências para a participação cívica e política

Isabel Romão

Seminário Inaugural do Programa de *Mentoring* com vista ao fomento da participação cívica e política das jovens mulheres “*De Mulher para Mulher*”. Casa de Serralves. Porto. 22 de Outubro de 2005

Gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a Rede Portuguesa de Jovens Para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens por esta interessante iniciativa e agradecer o convite que me foi dirigido para participar no seu projecto e neste Seminário. Para todas as pessoas empenhadas há longos anos na construção de uma efectiva igualdade de género, o trabalho da Rede de Jovens representa, não só, uma esperança de continuidade dos seus esforços, mas também de renovação e de progresso na abordagem destas questões. Todavia, o envolvimento activo das jovens não se faz sem o seu empoderamento e sem que se promovam esforços concertados para o desenvolvimento de competências para a sua participação cívica e política e a sua presença crescente nos processos de tomada de decisão. E foi precisamente sobre este tema que me propus reflectir hoje.

Sabemos que, em Portugal, como em grande parte da Europa, as mulheres estão sub representadas na tomada de decisão em geral e ainda mais na tomada de decisão política, seja nos partidos, nos parlamentos, nos governos e nos órgãos de decisão locais e regionais - as recentes eleições autárquicas vêm confirmá-lo com a eleição de apenas 19 mulheres presidentes de Câmara em 308 autarquias. Podemos também observar uma fraca participação das jovens na política convencional ou institucional. Tal facto ameaça o pleno exercício dos seus direitos de cidadania e conduz a decisões políticas que tendem a ignorar os seus problemas específicos e os seus pontos de vista.

Este problema é simultaneamente uma questão de justiça e de igualdade de direitos.

A Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a participação (das e dos) jovens e o futuro da sociedade civil, Rec(97)3, lembra que a Europa atravessa hoje em dia uma verdadeira crise de participação na vida institucional e associativa, nomeadamente nas estruturas tradicionais e sublinha *“o papel capital da participação das e dos jovens na construção da sociedade civil (...) enquanto recurso para a permanente renovação da sociedade democrática”*.

Uma sondagem encomendada em Janeiro de 2005 pelo Instituto Português da Juventude junto de jovens dos 15 aos 30 anos, conclui que 41,5% dos jovens estão preocupados com o desemprego, 30,6% com o custo de habitação própria, 26,8% com o primeiro emprego, mas ligam pouco à participação cívica *"Uma esmagadora maioria (86,4%) dos jovens não tem qualquer participação em grupos cívicos, sociais ou políticos"*, sublinhava uma nota de imprensa do Observatório Português da Juventude sobre a sondagem. A esse respeito, a presidente do IPJ, Maria Galdes, referiu que *"Entre 13 e 15% da população juvenil portuguesa, está organizada em associações e outro tanto participam em grupos informais"*.

Por outro lado, uma boa parte das e dos jovens não vê a discriminação e os estereótipos de género como um problema que os afecta e, assim sendo, a construção da igualdade de género nem sempre é encarada como uma luta na qual devam empenhar-se.

Contudo, a participação das jovens e o seu acesso à tomada de decisão permanece um domínio que conhecemos mal.

O Observatório Permanente da Juventude tem inscrito no seu programa de estudos para 2002 a 2006 um estudo sobre o "Associativismo Juvenil e Cidadania Política: Estudo quantitativo das condicionantes sociais da participação juvenil. Este projecto de investigação procura compreender as razões do défice de participação activa no exercício da cidadania e as razões da sua continuidade, debruçando-se sobre as formas activas de participação e as razões do não exercício dos direitos da cidadania política entre os jovens, não se restringindo porém à esfera política.

Na apresentação desse estudo refere-se, e passo a citar: *"Estudos recentes sobre o exercício dos direitos de cidadania em Portugal têm verificado a existência de uma baixa propensão da população para a acção colectiva, seja ela organizada ou suportada por mecanismos de auto mobilização. Esta situação causa preocupação, pois sugere a existência de uma condição passiva perante o Estado (visto como o garante dos direitos de cidadania) e de algum desinteresse ou apatia perante o dever colectivo... Os jovens seguem o*

*mesmo padrão de baixa participação...Traço característico de Portugal é verificar que a fraca propensão para a participação colectiva não se restringe à acção política, estendendo-se por todo o espectro da acção social, desde o voluntariado cívico e humanitário até à acção organizada com objectivos determinados nas esferas económica e política...**A população juvenil surge como um grupo chave na compreensão dos processos de participação na medida que as suas práticas reflectem não apenas a tendência societal, como contribuem simultaneamente para a sua reprodução.** Se este ciclo de reprodução tiver de ser rompido, é muito provável que o seja por acção dos jovens e das suas atitudes perante o mundo”.*

São numerosos e de vária ordem os factores que contribuem para a sub-representação das jovens na tomada de decisão política e para a sua fraca participação na política convencional e/ou institucional e cívica. Estes poderiam por si só, ser objecto de uma comunicação, mas tal não é o objectivo da minha intervenção.

Porém, este tema não poderá ser abordado sem o recurso a uma perspectiva de género e, nessa medida, sem uma referência à fraca **socialização da maioria das jovens para a participação política e pública**, em virtude de os agentes e meios de socialização nos quais se incluem a família, a escola, os meios de comunicação social veicularem modelos e valores que contrariam a sua participação. Esses modelos não são apenas interiorizados por cada pessoa, encontram-se também imbricados na própria organização da sociedade.

Chamaremos também a atenção para os **factores históricos e culturais** que determinam as representações do feminino e do masculino, dando lugar a uma ideologia de género que atribui às mulheres a esfera privada e aos homens a esfera pública e que condicionam as expectativas da sociedade face a cada indivíduo, bem como as expectativas que cada pessoa tem em relação a si própria, determinando as experiências vividas, a percepção de si e a forma como cada pessoa encara a sua participação na vida pública e política.

As e os jovens estão sujeitos a vários contextos de socialização que influenciam a sua vontade e capacidade de participação, bem como a sua visão da parceria que pode existir entre mulheres e homens. A existência de um debate social sobre as questões da igualdade de género e da participação, conduzindo ao questionamento da divisão tradicional dos papéis femininos e masculinos, sensibilizando os homens para as responsabilidades que devem assumir na esfera familiar e doméstica e para os benefícios que daí adviriam para eles próprios e para a sociedade, contribuiria certamente para criar melhores condições de participação das mulheres.

A Declaração final adoptada aquando da 2ª Cimeira Europeia da Juventude, realizada em Varsóvia a 15 e 16 de Maio de 2005 antes da 3ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Conselho da Europa, pede aos Chefes de Estado e de Governo que *“reconheçam que a participação dos jovens é um elemento fundamental de suporte à democracia e para o seu funcionamento. Tal implica, nomeadamente, a necessidade de reconhecer que participar e ser um cidadão activo, é ter o direito, os meios, os locais e o apoio para participar nas decisões, influenciá-las e para se envolver em acções e actividades de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor.”*

Como estimular e empoderar, então, as jovens para uma participação activa na vida pública e nos processos democráticos? Como educar para uma cidadania democrática? Como promover o desenvolvimento de competências para a participação? Como ajudar as jovens a participar, a entrar na vida política a aceder à tomada de decisão e que actores podem contribuir para atingir esse objectivo?

O Conselho da Europa, encara a educação para a cidadania democrática como um processo de aprendizagem ao longo da vida, que ultrapassa o quadro escolar. Um processo destinado a criar, ao longo da vida, possibilidades de adquirir, de aplicar e de difundir conhecimentos, valores e competências associadas aos princípios e procedimentos democráticos em múltiplos quadros de ensino e aprendizagem, quer formais, quer informais.

A Recomendação (2002) 12 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados membros relativa à Educação para a Cidadania democrática, adoptada a 16 de Maio, declara que *“qualquer acção educativa, formal, não formal ou informal, inclusive a acção da família, que permita ao indivíduo, ao longo da sua vida, agir como cidadão(ã) activo/a e responsável no respeito pelos direitos de outrem, deve ser considerada como componente da educação para a cidadania democrática”*.

Qual é, então, o papel da família, da escola, das actividades extracurriculares, das actividades cívicas e associativas, das ONG, da formação e da sensibilização na promoção da participação das jovens nas estruturas e nas actividades da sociedade civil e na tomada de decisão pública e política?

A família é, em primeira instância, o meio onde deveria ter lugar o desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania democrática. Competências para a autonomia, a liberdade de escolha, a tomada de decisão, a assertividade, para a participação. Ora na família, os valores que presidem à educação de cada sexo ainda tendem a diferir.

Os preconceitos subjacentes às representações de cada sexo e aos valores que devem estar na base da sua educação têm repercussões sobre os modos e as esferas de participação das e dos jovens e, a prazo, sobre a participação de mulheres e homens. A socialização distinta, de mulheres e homens afecta a percepção e a aprendizagem dos papéis políticos. As jovens tendem a assumir responsabilidades, mas têm frequentemente pouca confiança em si e têm, por vezes, receio de aceder ao poder.

Os estereótipos associados aos papéis femininos e masculinos na esfera privada tendem mais a marcar as percepções sobre o lugar que as mulheres devem ocupar na esfera pública do que as suas reais capacidades de vir a desempenhar nessa esfera um lugar determinante.

A luta contra as discriminações persistentes e contra os estereótipos de género afigura-se, deste modo, essencial. Importa, assim, sensibilizar e formar as famílias para o questionamento dos estereótipos de género, já que este deveria ser o primeiro meio igualitário de socialização das crianças.

A escola retoma e transmite os modelos marcados por relações de discriminação e de dominação das mulheres, que são veiculados pela sociedade, mas pode também contribuir para a erradicação dos estereótipos associados aos papéis femininos e masculinos em todos os domínios da vida e para a aprendizagem de uma cidadania democrática. O conceito de cidadania não é dissociável do conceito de igualdade, incluindo a igualdade de género.

A integração da igualdade e de uma perspectiva de género ao nível do sistema educativo desempenha um papel crucial no desenvolvimento de valores e comportamentos democráticos. É indispensável para a promoção, junto das e dos jovens, dos valores de justiça e de participação necessários ao exercício efectivo da cidadania democrática e para a construção de uma parceria entre mulheres e homens na esferas privada e pública.

Deveremos assim continuar a fazer esforços para que a igualdade de género e a perspectiva de género sejam integrados nos programas de ensino e na formação de docentes, que deverão preparar raparigas e rapazes para o desempenho de um papel activo em todas as esferas da sociedade.

A educação para a cidadania democrática

A cidadania aprende-se. É essencial para um sistema democrático estável que as pessoas compreendam, não só, os princípios democráticos da tomada de decisão, mas que participem neste sistema. Importa ainda que estejam conscientes tanto dos seus direitos, como das suas responsabilidades nas esferas pública e privada.

O Comité de Ministros do Conselho da Europa declarou 2005 o Ano Europeu para a Cidadania pela Educação, chamando assim a atenção para o papel fundamental que desempenha a educação no desenvolvimento da cidadania e na melhoria da qualidade da participação. Ao fazê-lo, põe em evidência a inquietante falta de interesse dos jovens e o défice de participação na vida pública e democrática.



A educação para a cidadania implica todo um conjunto de mudanças do processo educativo, dos currícula e da cultura da escola.

Mas no processo escolar, a educação para a cidadania não pode deixar de compreender de uma forma explícita as questões da igualdade, de forma a promover uma cidadania activa em termos de parceria de género.

A educação para a cidadania na perspectiva do desenvolvimento de saberes, de saberes fazer técnicos, sociais e relacionais para a intervenção e para a parceria de género deve ser assegurada pela escola enquanto condição para o pleno exercício da cidadania num contexto democrático.

Tal passa pela **aquisição de conhecimentos (saberes)** - sobre a democracia, as instituições que a alicerçam, a história contemporânea mas, sobretudo, por **tornar a escola um meio autenticamente democrático**; pela criação de uma cultura escolar que dê a alunas e alunos a possibilidade de desempenhar um papel activo no seu meio escolar, que crie um espaço para a sua participação na gestão dos espaços colectivos, no planeamento e implementação de projectos escolares, no apoio aos seus canais de comunicação; que permita às e aos jovens desenvolver e exercer a cidadania, o que pressupõe a adopção de práticas e contextos educativos potenciadores de experiências de leitura crítica dos acontecimentos, de reflexão crítica, de diálogo, de negociação, de respeito pela divergência de opiniões, de gestão de conflitos, de liderança, de participação nas estruturas de decisão, bem como a criação de estruturas paritárias de decisão. (Saberes fazer técnicos e saberes sociais e relacionais).

A escola pode **produzir contextos que conduzam a experiências capazes de ajudar raparigas e rapazes a adquirir novas competências**, que podem não possuir mercê de uma socialização de acordo com um modelo tradicional. No que se refere às raparigas, competências para o trabalho de equipa, para apresentar e fazer valer as suas ideias, para competir, para se apropriarem melhor do espaço, para ousar e explorar novos territórios, todas elas competências necessárias à intervenção na esfera pública. Para os rapazes, um maior sentido das responsabilidades interpessoais, bem como atitudes, conhecimentos e capacidades necessárias na esfera privada.

A educação para a cidadania passa ainda pelo **reconhecimento das e dos jovens enquanto agentes actuais, e não só futuros, da mudança social**, através do desenvolvimento de projectos que encorajem a iniciativa, estimulem a vontade de adquirir competências e estabeleçam uma relação entre a aprendizagem e a vida, valorizando os interesses das e dos jovens e as questões que os afectam bem como a sociedade. Estes projectos podem surgir no quadro de espaços curriculares transversais. Assim sendo, deverão ser encontrados novos métodos e formas de ensino e promovidos contextos de aprendizagem que liguem a sociedade à vida.

As competências para a participação podem adquirir-se na família e na escola através do ensino formal, mas também podem ser adquiridas através das **actividades extra curriculares e extra escolares** (associações de estudantes, grupos de teatro, feitura de jornal da escola, de programas de rádio etc.); na vida associativa e cívica (sindicatos, associações de bairro, de defesa dos direitos humanos, associações de mulheres, em associações de moradores, de pais, ligadas à defesa do ambiente, ao desenvolvimento, etc.); nas organizações de juventude; nas ONG; através do trabalho voluntário, nomeadamente, ao nível local; nos grupos políticos. Todas elas são fontes de experiências susceptíveis de desenvolver a confiança em si próprias e a motivação necessárias à participação, bem como competências transferíveis para a esfera da participação institucional e, nomeadamente, para a acção política.

Estas actividades proporcionam contextos de socialização que permitem a alunas e alunos contactos e experiências que ultrapassam largamente o quadro dos programas de ensino. Mas, porque repousam no voluntariado, podem contribuir para perpetuar a participação de raparigas e rapazes em actividades distintas, reforçando assim as imagens sobre os papéis e comportamentos mais adequados a cada sexo. A repartição dos papéis entre raparigas e rapazes nas associações de estudantes, assumindo as primeiras as funções de tesoureira ou secretária e os últimos a função de presidente, são disso um exemplo. E todas nós reconhecemos o contributo que estas associações têm vindo a dar para a composição da classe política.



Urge assim trabalhar para a eliminação destas divisões e para estimular as raparigas no sentido de uma maior participação.

A participação das jovens na política institucional é fraca, tendendo estas mais a envolver-se nos movimentos associativos e ONG.

Vida Cívica e associativa - ONG e associações de juventude.

Como o afirmou Dietrich Baesinger do Fórum Europeu da Juventude aquando da Conferência de Varsóvia, já referida, *“O sector associativo é um local onde os jovens podem fazer o que não fazem na escola, participar, assumir responsabilidades, experimentar e, talvez o mais importante, ter o direito de errar. As ONG, e não as escolas, proporcionam actualmente um meio onde a democracia é uma aprendizagem em acção”*.

A democracia não é exclusivamente um sistema político. Constitui antes do mais uma aprendizagem da vida com os outros. Por isso, o papel das ONG que emanam da sociedade civil é crucial na educação para a cidadania democrática.

Aprender a expor as suas ideias em público e a fazer-se ouvir, saber escutar os outros e aprender com eles, aprender a dar as suas opiniões, a exercer os seus direitos e a assumir as suas responsabilidades, aprender a obter

informação e a partilhá-la, aprender a tomar decisões, a debater, a comunicar, a gerir conflitos, são algumas das competências que podem ser adquiridas através da vida associativa.

Mas, muito embora presentes nos movimentos associativos, as jovens encontram-se sub representadas nas suas instâncias de decisão e, assim sendo, os seus pontos de vista e necessidades arriscam-se a não ser tidos em conta. Este facto afasta-as também da prática do exercício do poder de decisão, pelo que as organizações de juventude e as estruturas de jovens deveriam ser encorajadas a desenvolver um funcionamento atento à igualdade de género e a assegurar uma representação equilibrada dos dois sexos nos seus órgãos dirigentes.

Neste quadro de fraca participação na vida institucional e associativa importa **informar** as jovens sobre os seus direitos e sobre os recursos existentes, **sensibilizá-las** para o que é o exercício da cidadania, para os **direitos e responsabilidades** que lhes são inerentes e para a importância desse exercício; **modificar as representações de cidadania** para que as jovens queiram estar incluídas na participação, para que compreendam a importância de funcionar em grupo (formal/informal) em torno de interesses comuns, **evidenciando as mais-valias da participação** tanto em termos pessoais quanto sociais, e **combater a inércia face ao associativismo**, continuando a disponibilizar informação sobre a criação de associações e fomentando essa criação.

Para algumas jovens, **a comunidade** é o meio onde encontram oportunidades de participação, de influenciar a tomada de decisão e de adquirir competências transferíveis para a esfera política. A Carta Revista da Participação dos Jovens, do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, apresenta numerosas sugestões nesse sentido.

O presidente do Congresso dos Poderes Locais e Regionais afirmava em Varsóvia, aquando da Cimeira da Juventude: *“A participação na vida democrática é mais que votar ou apresentar-se a eleições...trata-se de*

participar e contribuir para a construção de uma sociedade melhor e mais equitativa. ...As colectividades locais e regionais têm um papel de extrema importância a desempenhar na promoção da participação dos jovens. Devem, não só, zelar para que os jovens sejam informados sobre a democracia e a cidadania e adquiram conhecimentos sobre a matéria, mas também para que tenham a possibilidade de agir concretamente.”

Daí o papel relevante dos poderes locais e regionais no apoio a programas e projectos de iniciativa das organizações de juventude e de grupos de jovens e na facilitação do diálogo das e dos jovens com os poderes públicos, a todos os níveis, sobre as questões que as/os afectam, bem como na promoção de iniciativas que visem estimular a participação das jovens e prepará-las para a tomada de decisão.

Mas nem todas as jovens tiveram, ao longo do seu percurso de vida, a possibilidade de desenvolver competências para a participação e para a tomada de decisão. Daí a importância de desenvolver programas de **formação** das jovens para a cidadania; para o exercício de funções de liderança na vida cultural, em sindicatos e noutras organizações sociais; para utilizar a palavra; para enfrentar a competição; para a tomada de decisão; para a participação política e a constituição de grupos de pressão; para se candidatar a eleições. Competências de comunicação, de resolução de conflitos, técnicas de negociação, criação de redes, estratégias políticas, relações com os meios de comunicação social. Este tipo de formação pode ser promovido por ONG, sindicatos, universidades, autarquias, governo central, pelos partidos políticos.

A título de exemplo, gostaria de destacar que as Mulheres Socialistas promoveram recentemente na Assembleia da República uma acção de formação de formadoras com base no método “*Women can do it*”, desenvolvido pelas mulheres do Partido Trabalhista Norueguês, e publicado em português no ano de 2001 pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, sob o título “*Na Política, as Mulheres são Capazes*”.

E é neste ponto que gostaria de salientar a importância do **mentoring**, por permitir o estabelecimento de uma relação directa entre mentora e mentorada, com benefícios mútuos. Para a jovem, proporciona-lhe a consolidação de laços com pessoas que podem ser importantes para a sua participação presente e futura, estabelecer redes de contactos, desenvolver o conhecimento de temas, estruturas e organizações.

Para a mentora, esse contacto directo e contínuo proporciona-lhe um melhor conhecimento dos problemas e aspirações das jovens e da sua visão da sociedade.

A Recomendação 59(1999) do Congresso dos Poderes Locais e Regionais sobre “A Europa 2000: uma juventude cidadã” afirma que *“a renovação política e social passa inevitavelmente por um novo pacto entre as gerações, por um lado, e por um pacto institucional com a juventude”* e declara que *“a aptidão das e dos jovens de trazer novas soluções para os problemas e situações com os quais são confrontados/as, a sua participação a todos os níveis da sociedade e a sua procura de novas perspectivas requer que sejam associadas/os às tomadas de decisão que lhes dizem respeito e o reconhecimento democrático da sua plena cidadania”*.

Só teremos a ganhar com o trabalho em estreita articulação entre gerações para que jovens e adultas adquiram as competências que lhes permitam participar activamente numa sociedade democrática.